

Culturas e História dos Povos Indígenas

Denise Pereira
Janaina de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)



Culturas e História dos Povos Indígenas

Denise Pereira
Janaina de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)



Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Tais Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Culturas e história dos povos indígenas

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C968 Culturas e história dos povos indígenas [recurso eletrônico]
/ Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do
Espírito Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-366-8

DOI 10.22533/at.ed.668201609

1. Etnologia. 2. Povos indígenas – História. I. Pereira,
Denise. II. Espírito Santo, Janaína de Paula.

CDD 980.41

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Há, na construção tradição narrativa da realidade brasileira, ou do “Mito fundador” como chamou a Marilena Chauí, um lugar constante para as culturas e povos indígenas. Um lugar passivo, esquecido, padrão como toda tradição inventada: em que o real não ocupa tanto espaço quanto o que se espera ser: um indígena que não ocupa os dias atuais, mas pertence a dias esquecidos como influência.

Não é assim, por mais força que essa imagem tenha no senso comum, que os povos indígenas ocupam seus espaços e lutam por direitos, reconhecimento e conhecimento nos dias atuais. De fato, a própria ideia de “indígena» pode acabar por mascarar a realidade dos grupos e povos e identidades diversas que nos cabem no Brasil. Em todos os continentes, os povos indígenas permanecem enfrentando massiva discriminação, com impactos agravados quando se encontram em situação de minorias, étnicas e lingüísticas. Por isso é extremamente importante a reflexão proposta sobre esse tema. Na tentativa de avançar na desconstrução desse espaço imaginário do indígena mítico, que tem que ser substituído pelo reconhecimento de suas culturas ricas e diversas e de sua luta incessante. Essa cultura vasta e diversificada.

Disponemos no Brasil de uma miríade de culturas e saberes, realidades materiais e imateriais. Tomar como objeto, significa, como bem lembra Manuela Carneiro da Cunha (1998) – a cultura global não existe como um imperativo absoluto, enquanto reconhecermos que o local não perde seu poder. Muito pelo contrário, continuam presentes e ativos, com seu espaço e presença enquanto objeto de investigação e de construção da realidade social brasileira.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Janaína de Paula do E. Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A CRIANÇA GUARANI E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INFANTIL INDÍGENA NA ALDEIA KRUKUTU

Edna Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.6682016091

CAPÍTULO 2..... 13

DISCUSSÃO E CONSTRUÇÃO DE CURRÍCULO NAS ESCOLAS INDÍGENAS DOS POVOS DA REGIÃO DO TAPAJÓS-ARAPIUNS – AMAZÔNIA – BRASIL

Claudio Emidio-Silva

Rita de Cassia Almeida-Silva

Maria Lucia Martins Pedrosa Marra

DOI 10.22533/at.ed.6682016092

CAPÍTULO 3..... 23

DESAFIO DOCENTE E AS PRÁTICAS INCLUSIVAS: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NA ESCOLA INDÍGENA DE RORAIMA

Catarina Janira Padilha

Leila Soares de Souza Perussolo

DOI 10.22533/at.ed.6682016093

CAPÍTULO 4 37

A FUNÇÃO AFIRMATIVA DA BIBLIOTECA ESCOLAR COM A MANUTENÇÃO DA CULTURA INDÍGENA

Carla Patrícia Martins Albuquerque

Paulo Roberto de Souza Freitas

DOI 10.22533/at.ed.6682016094

CAPÍTULO 5..... 51

ANÁLISE DO ENSINO PRATICADO EM UMA ESCOLA INDÍGENA: O CASO DA ALDEIA TUXA EM IBOTIRAMA, BAHIA

Adriana Maria dos Santos

Fábio de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.6682016095

CAPÍTULO 6..... 63

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL NO ALTO RIO NEGRO: ACESSO À EDUCAÇÃO NO CAMPUS IFAM – SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA/AM

Luclécia Cristina Moraes da Silva

Roberta Enir Faria Neves de Lima

Jefferson Aristiano Vargas

Maria Isabel Oliveira Silva

Joscival Vasconcelos Reis

Edilson Martins Melgueiro

DOI 10.22533/at.ed.6682016096

CAPÍTULO 7	77
CANÇÕES DO GRUPO RAÍZES CABOCLAS: A PRESENÇA DO LÉXICO INDÍGENA APLICADA À PEDAGOGIA DO ENSINO BÁSICO	
Karen Francis Maia	
Renato Antônio Brandão Medeiros Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.6682016097	
CAPÍTULO 8	88
DESCOLONIZANDO SABERES: UM DESPERTAR COM A TERRA NO ESTUDO DE OUTRAS EPISTEMOLOGIAS	
Aida Brandão Leal	
Rafaela Werneck Arenari	
Janaína Mariano César	
DOI 10.22533/at.ed.6682016098	
CAPÍTULO 9	97
TRABALHO CÊNICO E TEÓRICO: “IKUÃNI” O CORPO DA ANCESTRALIDADE	
Regina Cláudia Moraes de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.6682016099	
CAPÍTULO 10	107
AUDIOVISUAL E CULTURA INDÍGENA NOS CURTAS METRAGENS DE ADEMILSON “KIKI” CONCIANZA	
Nicolly Cardoso Tiradentes de Souza	
Carolina Fernandes da Silva Mandaji	
DOI 10.22533/at.ed.66820160910	
CAPÍTULO 11	119
ORALIDADES, MEMÓRIAS E NARRATIVAS MĚBĚNGÔKRE: HISTÓRIAS DE UM POVO “SEM ESCRITA”	
Dilma Costa Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.66820160911	
CAPÍTULO 12	132
MEMÓRIAS DE FAMÍLIA: RECONSTRUINDO A HISTÓRIA DE JOÃO TOMÁS, REVELA-SE UM PEDAÇO DA HISTÓRIA PANKARARU E DOS ÍNDIOS NO NORDESTE	
Alberto Reani	
Josélia Ramos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.66820160912	
CAPÍTULO 13	146
O MOCORORÓ E SUA IMPORTÂNCIA PARA OS POVOS INDÍGENAS DO LITORAL CEARENSE - RESISTÊNCIA E ESPIRITUALIDADE NOS MODOS DE FAZER E CONSUMIR	
Carolinne Melo dos Santos	
Anna Erika Ferreira Lima	
Ana Cristina da Silva Moraes	

Mateus de Castro Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.66820160913

CAPÍTULO 14..... 160

INDICADORES NATURALES SOBRE LAS VARIACIONES CLIMÁTICAS QUE UTILIZAN LOS PUEBLOS INDÍGENAS DE LA AMAZONÍA PERUANA: CASO DE CUATRO COMUNIDADES NATIVAS DE UCAYALI Y MADRE DE DIOS.

Yolanda Ramírez Villacorta

Oliverio Llanos Pajares

DOI 10.22533/at.ed.66820160914

CAPÍTULO 15..... 175

MANEJO FORESTAL DE BOSQUES COMUNALES: ESTRATEGIA PARA LA MITIGACIÓN Y ADAPTACIÓN AL CAMBIO CLIMÁTICO EN COMUNIDADES NATIVAS AMAZÓNICAS DEL PERÚ

Yolanda Ramírez Villacorta

DOI 10.22533/at.ed.66820160915

CAPÍTULO 16..... 187

PROCESOS DE DESCOLONIZACIÓN A PARTIR DE LA “EXPERIENCIA DE LA EXTRAÑEZA” COMO UNA EPISTEMOLOGÍA CONTRAHEGEMÓNICA PARA LAS TRANSFORMACIONES GLOBALES. UNA PERSPECTIVA FEMINISTA

Cornelia Giebeler

DOI 10.22533/at.ed.66820160916

CAPÍTULO 17..... 202

DA LÍNGUA AMEAÇADA ÀS POLÍTICAS DE FORTALECIMENTO: ASPECTOS DA SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DOS ASURINI DO XINGU

Rodrigo Mesquita

Adriane Melo de Castro Menezes

DOI 10.22533/at.ed.66820160917

CAPÍTULO 18..... 218

AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS IMPASSES INTERÉTNICOS NA EFETIVAÇÃO DO CONSELHO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS POVOS INDÍGENAS DO TOCANTINS

Adriana Tigre Lacerda Nilo

DOI 10.22533/at.ed.66820160918

CAPÍTULO 19..... 229

WARMIPANGUI: CUERPO EN DISPUTA, CONTROL Y DOMINACIÓN

Enoc Moisés Merino Santi

DOI 10.22533/at.ed.66820160919

CAPÍTULO 20..... 238

TERRITORIO ZAPATISTA Y POLÍTICA CIUDADANA

Gloria Patricia Ledesma Ríos

Nancy Zarate Castillo

DOI 10.22533/at.ed.66820160920

CAPÍTULO 21.....248

A EXPERIÊNCIA DOS ‘ESCRAVOS DE CONDIÇÃO’ NO PROCESSO DE LEGALIZAÇÃO DO ESCRAVISMO INDÍGENA DO SÉCULO XVII

Antonio Martins Ramos

DOI 10.22533/at.ed.66820160921

CAPÍTULO 22.....258

INVESTIGAÇÃO DO USO DE ÁLCOOL EM INDÍGENAS KARIPUNA

Fernanda Matos Fernandes Castelo Branco

Divane de Vargas

DOI 10.22533/at.ed.66820160922

CAPÍTULO 23.....271

PARA ADIAR O FIM DO MUNDO: RESISTÊNCIAS NO PENSAMENTO-AÇÃO DE AILTON KRENAK

Fernanda Elias Zaccarelli Salgueiro

DOI 10.22533/at.ed.66820160923

SOBRE AS ORGANIZADORAS.....283

ÍNDICE REMISSIVO.....284

CAPÍTULO 18

AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS IMPASSES INTERÉTNICOS NA EFETIVAÇÃO DO CONSELHO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS POVOS INDÍGENAS DO TOCANTINS

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 05/06/200

Adriana Tigre Lacerda Nilo

Universidade Federal do Tocantins-UFT
Palmas-TO
<http://lattes.cnpq.br/3000004068962929>

RESUMO: Este artigo surge a partir dos resultados obtidos por uma pesquisa realizada entre 2016 e 2017, no âmbito do pós-doutorado em telejornalismo público (UFT/UFJF), sobre a cobertura das temáticas indígenas pela TVE-TO. Mediante a constatação do descumprimento do princípio fundamental da Comunicação Pública, quanto ao dever de reconhecer e valorizar a diversidade étnica-cultural (considerando-se ser o Tocantins um estado brasileiro que possui 61 territórios indígenas, cujos povos se reorganizam em dez configurações², e integra a Amazônia Legal) e, ainda, a verificação da falta de instituição dos mecanismos legais para o exercício da cidadania (tais como efetivação de conselhos televisivos consultivos e/ou deliberativos), propõe-se nesta análise ampliar a abordagem das instâncias e modos de participação social dos agentes políticos envolvidos nas discussões e definições das políticas públicas voltadas aos povos indígenas.

Diante desse contexto, debate-se a variação dos mecanismos institucionais adotados pelo poder

executivo estadual do Tocantins quanto às formas de participação de indígenas e indigenistas nas políticas públicas relacionadas aos povos indígenas, no referido Estado. Em determinadas áreas setoriais (Meio Ambiente) e sociais (Saúde), os indígenas e entidades indigenistas têm direito ao assento nos conselhos da gestão pública voltada ao conjunto da população. Já em determinada área social, como na da Educação, existe um conselho específico para a política pública educacional indígena. Analisa-se assim, neste panorama, o modo pelo qual surgiu, em novembro de 2016, a proposta encampada pela Diretoria dos Direitos Humanos, da Secretaria da Cidadania e da Justiça para criação do Conselho de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Tocantins-COMPIT.

PALAVRAS-CHAVE: participação social; conselhos indigenistas; COMPIT.

THE FORMS OF PARTICIPATION OF INDIGENOUS IN PUBLIC POLICIES AND INTERETHNIC IMPASSES IN THE IMPLEMENTATION OF THE PUBLIC POLICY COUNCIL FOR INDIGENOUS PEOPLE OF TOCANTINS

ABSTRACT: This article is a product of post-doctorate research in public television news (UFT / UFJF) carried out between 2016 and 2017, intending to cover indigenous themes by TVE-TO. Upon verification, there was no compliance with fundamental principles of public communication, thus regarding the duty to recognize and value the ethnic-cultural diversity of indigenous people

1) 1) Akwe-Xerente, 2) Mehin-Krahó, 3) Pahin-Apinajé, 4) Iny-Javaé, 5) Karajá-Xambioá e 6) Krahó-Kanela. (Demarchi; Morais, 2015:38)
2) 1) Xerente, 2) Javaé, 3), Apinajé 4) Karajá, 5), Karajá-Xambioá 6) Krahó, 7) Krahó-Takaywrá. 8) Krahó-Kanela, 9) Kanela do Tocantins e 10) Avá-Canaoeiro.

in Tocantins state. This state has six indigenous territories, with an indigenous population that contemplates ten configurations and integrates the Legal Amazon. Further, institutions were absent for legal mechanisms to the exercise of citizenship (e.g., effective consultative and/or deliberative television councils). This work aimed to expand the participation of political agents (approach of the instances and modes of action) involved in the discussions and definitions of public policies for indigenous populations. In this context, there is debate about the variation in institutional mechanisms adopted by the Tocantins state executive power regarding the forms of participation of indigenous and indigenists in public policies related to indigenous people, in the aforementioned State. In certain sectoral (environment) and social (health) areas, indigenous and indigenists entities remain entitled to participate in public management councils aimed at the population as a whole. In social areas such as education, there is a specific council for public indigenous education policies. In November 2016, the proposal adopted by the Directorate for Human Rights, the Secretariat for Citizenship, and Justice for the creation of the Public Policy Council for Indigenous Peoples of Tocantins-COMPIT, analyzed in this context.

KEYWORDS: social participation; indigenous councils; COMPIT.

1 | INTRODUÇÃO- A (IN)VISIBILIDADE DAS QUESTÕES INDÍGENAS E A AGENDA PÚBLICA

Não há, propriamente uma questão indígena. Há uma questão não indígena. Nós não índios é que somos o problema. *Darcy Ribeiro*

Partindo-se da constatação da invisibilidade, subestimação ou irrelevância da cobertura jornalística das questões indígenas no Tocantins, no âmbito de um telejornal regional (TVE-TO), cuja tônica predominantemente era de reportagens ligadas a eventos culturais e esportivos e ainda às ações governamentais, percebemos a importância do gesto político, inerente à reflexão sobre o papel da investigação científica, de mudar o universo pesquisado, bem como a perspectiva de análise. O fator gerador, digamos assim, de tal decisão relaciona-se às reflexões quanto ao dever político institucional, seja de uma emissora de televisão ou de qualquer outra instituição, principalmente de caráter público, com relação aos direitos, às demandas dos povos originários e à valorização da diversidade étnica-cultural, considerando-se notadamente a marcante presença indígena no estado do Tocantins.³

Assim, ampliamos a abordagem, inicialmente restrita ao espectro midiático, com base na análise da cobertura desta temática por parte de um telejornal, para o contexto presencial da interação social, buscando entender a construção da agenda pública. Partimos do pressuposto que esta é fruto da demanda do movimento indígena em ter contemplados os seus direitos, por parte do governo estadual do Tocantins. Afinal, é o poder executivo estadual o responsável pelo planejamento e pela sistematização das políticas públicas aos 3 Configuração geopolítica dos povos indígenas na ocasião da conferência estadual para criação do COMPIT: 1) Xerente, 2) Javaé, 3), Apinajé 4) Karajá, 5), Karajá-Xambioá 6) Krahô, 7) Krahô-Takaywrá. 8) Krahô-Kanela, 9) Kanela do Tocantins e 10) Avá-Canoeiro.

povos indígenas, cujo dever governamental é estabelecido desde a Constituição Federal, pela Lei de Responsabilidade Fiscal às administrações estaduais, respeitando o princípio da integridade federativa.

A partir desta perspectiva, situaremos as formas de participação de representantes dos povos indígenas nos conselhos setoriais e sociais do poder executivo estadual do Tocantins e, nesse bojo, abordaremos alguns dos impasses para efetivação do conselho voltado especificamente às políticas públicas para os povos indígenas.

21 O PAPEL DO ESTADO E DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL DIANTE DOS MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL NA CONDUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para entender como se configura a agenda pública em torno das questões indígenas, precisamos observar o conjunto das relações sociais entre sociedade envolvente e povos indígenas, com o intuito de identificar, num dado contexto sócio-histórico, os agentes políticos que representam, de um lado, as políticas indigenistas de Estado, no âmbito governamental e, do outro, as instituições indigenistas da sociedade civil, dedicadas à formação política, e principalmente aquelas de onde devem emergir, originalmente, os fundamentos norteadores das políticas indígenas ensejadas pelo movimento organizado dos povos indígenas, no caso, do Tocantins.

Partindo desta perspectiva, consideramos que “os direitos sociais e as políticas públicas (...) se constituem na verdade, de construções coletivas e sociais”, conforme observa Boneti (2011, p.17). Mas para se compreender o desafio da atual dinâmica, faz necessário compreender passagens na histórica da gênese das políticas públicas indígenas.

Conforme ressalta Carneiro da Cunha (2016, p.12): “Não se deve subestimar a importância da Convenção 107 da OIT, a primeira convenção internacional que estabeleceu proteções fundamentais para os povos indígenas”, em 1957. Segundo a antropóloga, atitude por ela entendida como de proteção, não possibilitava, porém, a participação indígena no espaço público das discussões de políticas que lhes eram relativas. “O direito a formular suas próprias políticas (...) só emergiu uns trinta anos mais tarde, em 1989, na Convenção 169 da OIT, que substituiu a Convenção 107” (CARNEIRO DA CUNHA, 2016, p.12)

Considerando o caráter reflexivo do conceito de “próprias políticas” que, em princípio, refere-se especificamente às questões indígenas, devemos ressaltar um aspecto, comumente negligenciado por cidadãos comuns, e até mesmo por gestores, no seu modo ignorante de desconhecer e, conseqüentemente, preconceituoso de não reconhecer as formas de presença indígena no Brasil e os seus efeitos louváveis.

Referimo-nos aqui ao fato de que as políticas públicas destinadas diretamente aos indígenas têm, indiretamente, um caráter público mais extensivo ao conjunto da população, dada a sua inter-relação com a sobrevivência dos povos da floresta, a manutenção da biodiversidade amazônica, a preservação do patrimônio cultural brasileiro e a salvaguarda

da nossa soberania nacional.

Deste modo, no que diz respeito ao papel do Estado na gestão das políticas públicas:

Pode-se dizer que o Estado se apresenta, diante das políticas públicas, como um agente de organização e de institucionalização (no sentido de estabelecimento de normas, regras e valores) de decisões originadas no debate público entre os diversos agentes (representantes sociais) a partir de demandas (necessidades) ou interesses restritos (BONETI, 2011, p.18).

Este papel de instituição paradigmática, em relação ao bem-estar coletivo, não elimina a contingência dos Governos dificilmente se portarem de forma isenta por-inexoravelmente-representarem determinadas forças políticas, apoiadoras de suas respectivas gestões, sejam estas de natureza pública ou privada, a depender das atividades que desenvolvam no contexto social em questão.

Fica claro, portanto, que as elites globais e as classes dominantes nacionais se constituem de agentes dominantes na elaboração e instituição de políticas públicas, mas não são os únicos. A pluralidade política dos dias atuais faz com que agentes outros originados na organização da sociedade civil, como são as ONG's, os movimentos sociais, etc...se constituam em novos agentes confrontantes com os projetos das elites e classes dominantes_(BONETI, 2011, p.16).

Seguindo essa linha de pensamento, a estreiteza entre o grupo político hegemônico do poder e o setor econômico “faz com que a questão social torne-se vulnerável, padecendo primeiro que tudo em momentos de transições ou crises” (BONETI, 2011, p.32).

De fato, se mesmo nos governos considerados progressistas, comprometidos com a justiça social, não houve ampliação, nem garantia efetiva dos direitos indígenas⁴, que dirá mediante o perfil autoritário do atual Governo Federal, cuja gestão antidemocrática tem operacionalizado, a nível nacional, um esfacelamento das políticas públicas e uma drástica redução dos seus respectivos conselhos delimitando, assim, os mecanismos de participação social.

A se considerar que este projeto de redução do poder do Estado está ligado às forças apoiadoras do Capital internacional, interessado, entre outros aspectos, na riqueza do subsolo indígena, entendemos melhor a razão pela qual “(...) a questão social está submissa não apenas às regras institucionais (do Estado), mas, antes de tudo, ao grupo político e economicamente dominante” (BONETI, 2011,p. 32).

Em relação a esta constatação, Pereira (2012) corrobora que o Estado seja uma arena de conflito de interesses quando afirma que “o Estado não é um fenômeno dado, a-histórico, neutro e pacífico, mas um conjunto de relações criado e recriado num processo histórico tenso e conflituoso em que grupos, classes ou frações de classe se confrontam e se digladiam em defesa de seus interesses” (PEREIRA, 2012, p. 28).

⁴ Cf. Políticas Indígenas e Políticas Indigenistas no cenário Brasileiro Contemporâneo. Disponível em www.abant.org.br, acessado em 19/04/2019

Conforme acrescenta a referida autora;

Além disso, na base da sua constituição e de seu desenvolvimento, estão determinações e processos associados aos diferentes modos de produção dos quais o Estado foi e é parte integrante (escravista, feudal, capitalista, socialista), os quais, por sua vez, foram e são determinados por mudanças na estrutura da sociedade e nas relações sociais correspondentes. (PEREIRA, 2012, p. 28)

Trazer à tona as implicações deste jogo entre forças políticas antagônicas importa para avaliarmos algumas das possíveis interferências no cenário de discussão e definição da agenda pública, que tem como base distintos modelos de organização social, a se considerar, de um lado, os agentes governamentais, representantes da sociedade envolvente e, do outro, as lideranças políticas dos povos indígenas. Na interação entre tais partes, acontece dos representantes indígenas receberem pressão das suas bases para que façam valer os direitos indígenas e, por outro lado, o governo não faz uma capacitação para que os conselheiros tenham melhor compreensão do processo institucionalizado de participação social.

A esse respeito, como sensivelmente analisa Carneiro da Cunha (2016, p.12): “[...] as coisas não são simples, e as diferenças dos mundos indígenas e dos nossos mundos são muito mais radicais do que se podia imaginar”. A antropóloga chama a atenção para a diferença epistemológica entre os saberes de cada uma das partes, levando-nos a refletir sobre as implicações dos modos pelos quais interagem os conhecimentos tradicionais e os científicos, aos quais acrescentamos o patamar técnico coadjuvante na formulação das políticas públicas.

Com relação a tais aspectos conceituais e metodológicos implicados na concepção das diretrizes definidas para as questões indígenas, retomamos as considerações de Boneti (2011, p.44);

(...) as Políticas públicas tendem a ser gestadas no sentido de se estabelecer um vínculo entre a sociedade civil e o Estado mediante as ações de intervenção na realidade social. Este vínculo se materializa por envolver o cidadão comum também na cumplicidade de manutenção do sistema e/ou do grupo governante pela legitimação (votos) dos poderes instituídos.

Na concepção de Pereira (2012), para dar conta das crescentes demandas sociais-advindas, principalmente, da “questão social”, então desencadeada- a que se viu obrigado a responder, o Estado capitalista, até por uma questão de sobrevivência, renunciou à sua posição equidistante de árbitro social para tornar-se francamente interventor. A propósito, a referida autora ressalta que “...foi por meio da incorporação da questão social na agenda política e da sua paulatina transformação em *questão de direito*, que a integração do Estado com a sociedade civil tornou-se uma realidade irrecusável”. (PEREIRA, 2012, p.37)

“Como tais direitos só se concretizam por meio de políticas públicas correspondentes,

a não implementação dessas políticas- seja por escassez de recursos, seja por má vontade política- os transforma em letra morta nas leis, esvaziando a sua condição de direito” (PEREIRA, 2012, p.37).

De fato o atendimento governamental, assistemático, às necessidades da população, por meio de ações emergenciais e circunstanciais, não configura o exercício do dever do Estado. Somente quando as gestões políticas inserem as demandas dos cidadãos no escopo das políticas públicas, de forma sistemática, os direitos sociais passam a ser efetivamente reconhecidos, tal como são juridicamente assegurados por lei.

3 | A AGENDA DAS QUESTÕES INDÍGENAS E OS MODOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS POVOS INDÍGENAS E ENTIDADES INDIGENISTAS NOS CONSELHOS ESTADUAIS DO GOVERNO DO TOCANTINS

Na atual conjuntura política do país, em que pese às diversas vulnerabilidades às quais estão expostos, os Conselhos, sejam os de âmbito federal, sejam os estaduais (em princípio; alinhados às diretrizes nacionais) devem constituir-se em canais legítimos, de participação social na discussão e formulação das diretrizes das políticas públicas⁵.

Assim sendo, considerando-se o preceito da cooperação entre Estado e sociedade em torno do bem comum, a função dos conselhos é a de:

[...] garantir a descentralização político-administrativa e a participação da população na formulação e controle das políticas sociais e setoriais (...) são compostos por representantes de entidades da sociedade civil e representantes do governo que devem, em conjunto, participar do planejamento, das decisões e do controle de políticas sociais setoriais” (COSTA, 2012, p. 90)

Por esta razão, vamos delinear a configuração destes espaços políticos de exercício da cidadania, nem sempre efetivos, no que diz respeito à construção da agenda pública em torno das questões indígenas.

Abordaremos o perfil daqueles que desempenharem um papel essencial na da vida política e cultural do estado do Tocantins, sendo um deles representante da sociedade civil e os demais; governamentais, com diferentes formas de representação indígena, no âmbito do executivo estadual.

No primeiro caso está o CIMI, Conselho Indigenista Missionário, uma organização não governamental, presente no Brasil desde 1972, por meio de unidades regionais, nos estados onde se encontram povos indígenas. Este Conselho, vinculado à entidade máxima da Igreja Católica brasileira, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB),

5 O decreto 9.759, do atual Governo Federal, reduziu drasticamente de 700 para cerca de 50 o número de Conselhos anteriormente previstos pela Política Nacional de Participação Social e pelo Sistema Nacional de Participação Social (ambos co-gestores das políticas públicas sociais, setoriais e específicas). Estes conselhos foram encerrados por meio da revogação dos decretos 8.243, de 2014, que instituía o PNPS e o SNPS. A extinção dos mecanismos de participação social evidencia a indisposição do poder Executivo Nacional, em dialogar, de forma sistemática e democrática, com a sociedade.

nesta região atua na formação política das lideranças dos povos indígenas do Tocantins-Araguaia, assessorando o Movimento indígena no diálogo com os demais agentes sociais, incluso os governamentais.

Como não podemos desconsiderar o inexorável fato das demandas do movimento indígena serem apresentadas ao Poder Executivo do Estado, a quem cabe sistematizar o Plano estadual de políticas públicas para esses povos que, por sua vez, integra o Planejamento plurianual governamental (geral), voltado ao conjunto da população no Tocantins, vamos discorrer sobre os demais conselhos.

Considerando a estrutura administrativa do Governo do Tocantins, e sua a forma de organização social quanto à participação indígena nos conselhos governamentais, observamos que esta segue a lógica do viés temático. Assim, verificamos que todas as secretarias estaduais dispõem de conselhos com diferentes arranjos institucionais no que diz respeito à representação indígena, para a discussão e a definição de suas respectivas políticas públicas, setoriais ou sociais.

Deste modo, apenas nas discussões das políticas públicas da área da Educação, dada a especificidade étnica da escolarização multicultural⁶, desde 2005 existe um Conselho Estadual de Educação Indígena. Portanto, trata-se do único espaço de participação específico a esses povos que existe no Poder executivo estadual; recentemente, inclusive, presidido por um representante indígena.

Já no caso da Saúde, outra área social de extrema importância, cujo sistema estadual vem enfrentando, nos últimos anos, graves crises na gestão pública, os indígenas ocupam apenas um assento (1 vaga) no Conselho Estadual de Saúde, junto aos demais representantes das entidades estaduais e federais ligadas à área. Do mesmo modo, os indígenas também participam dos debates em torno de algumas das demais políticas públicas setoriais, como a de Meio Ambiente, a da Segurança Alimentar e a da Cultura⁷. Porém, devemos ressaltar determinados aspectos, de ordem quantitativa e qualitativa, quanto aos modos desta participação.

Considerando o que já discorremos, um desses aspectos refere-se aos efeitos das diferentes formas de organização social, entre as sociedades tradicionais dos povos

6 Segundo Carneiro da Cunha (2016, p.11), essa se constitui em uma das políticas públicas para os índios, conforme conceitua a autora, decorrentes da Constituição de 1988, resultado dos movimentos sociais que resistiram à chamada política de “integração” que no seu entendimento; “mal disfarçava a ideia de uma assimilação cultural”.

7 Tais fenômenos de desconcentração e descentralização da política indigenista podem ser observados na análise da legislação aplicável à temática indígena. Exemplificativamente, citamos: a) Acerca da educação voltada para os povos indígenas: Lei nº 9394/1996, Lei nº 10172/2001, Decreto nº 26/91, Portaria Interministerial MJ/MEC nº 559/91, Lei 10558/2002, Lei nº 11096/2005, Decreto nº 7778/2012: essas legislações estabelecem que a Funai não possui competência direta para execução de políticas públicas de educação escolar e superior indígenas, cabendo ao Ministério da Educação e às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação; b) Acerca da saúde indígena: Lei nº 8080/90, Portaria nº 254/2002, Lei 12.314/2010, Decreto nº 7.336/2010, Decreto nº 7778/2012: tais legislações estabelecem que compete à Secretaria de Saúde Indígena, vinculada ao Ministério da Saúde, executar a política de atenção básica à saúde dos povos indígenas, sendo as áreas de média e alta complexidade responsabilidade de Estados e Municípios, no sistema de compartilhamento de atribuições do SUS. Assim, cabe à Funai o papel de monitorar e acompanhar as ações de saúde desempenhadas pela SESAI, Estados e Municípios. Disponível: https://pib.socioambiental.org/politica_indigenista. Acessado em 17/05/2019

e o mundo institucionalizado da sociedade envolvente. Em outras palavras, a presença dos representantes se dá em número significativamente menor do que aquele relativo ao do conjunto das demais representações das entidades, governamentais (dos poderes executivo e legislativo) tanto no âmbito dos municípios do interior, quanto na esfera institucional do próprio governo estadual.

A propósito, como observa Costa (2012):

São evidentes as dificuldades em garantir a vontade do povo e sua participação efetiva em sociedades complexas. O que é questionado de fato não é sua importância, mas sua viabilidade técnica, dada a magnitude, complexidade e burocratização dos sistemas políticos contemporâneos (COSTA, 2012, p 101).

Além desse relevante aspecto, existem ainda as questões relacionadas ao fato de que entre os indígenas, um povo não representa outro de etnia diferente da sua. Então, por exemplo, diante dos 10 povos presentes no Tocantins, os Akwe Xerente constituem-se na população indígena de maior expressão, sendo cerca de 4 mil pessoas entre os 14 mil indígenas do estado. Desse modo, essa especificidade da forma de representação entre as etnias, veio à tona na ocasião da I Conferência Estadual dos Povos Indígenas, realizada no Centro de ensino Médio-CEMIX, numa aldeia próxima a Tocantínia, em novembro de 2016, pela então Diretoria dos Direitos Humanos da Secretaria Estadual da Justiça e da Cidadania do Tocantins, com o objetivo de discutir e articular os termos de criação do COMPIT que viria a ser um Conselho dedicado exclusivamente à gestão de todas as políticas públicas para os povos indígenas.

Durante a discussão dos termos da minuta do decreto de criação do referido conceito, no momento de definição do número de vagas para representação indígena, algumas lideranças dos cinco povos com maior contingente populacional, argumentaram ser esta característica uma justificativa plausível para obterem 2 vagas por etnia, enquanto os outros cinco povos ficaram com apenas uma vaga, totalizando em 15 o número de vagas para todos os povos indígenas do estado.

Diante disso, um dos entraves apontados pela Casa Civil do Governo do Tocantins, responsável pela apreciação da minuta, foi o extenso número de integrantes, que totalizaram 43 pessoas, a fora o número de 47 suplentes. Após reuniões para discutir a sua minuta, como não houve alteração nos termos da proposta inicial, a participação social manteve os seguintes critérios de representação: 15 vagas para as lideranças dos povos indígenas, 7 para ONG's, entidades de Direitos Humanos e entidades de base dos povos indígenas, 11 para representantes de todas as secretarias do executivo estadual e demais entidades do governo do estado e, ainda, 10 para os gestores municipais das cidades onde se situam os territórios indígenas.

De acordo com o art.1º do citado documento, o COMPIT teria como competência ser um “órgão colegiado, de caráter deliberativo e consultivo, responsável pela elaboração,

acompanhamento e implementação de políticas públicas voltadas aos povos indígenas do Estado do Tocantins”.

No entanto, ficaram evidentes as dificuldades enfrentadas pelo Governo do Estado em coadunar na sua estrutura administrativa, os diferentes modelos de organização social; o da indígena e o da sociedade envolvente.

Deste modo, um dos principais problemas verificados no diapasão entre as representações integrantes do Conselho está relacionado à aplicabilidade do critério da composição paritária, pois a maior parte dos seus integrantes é do segmento governamental; um de cada município onde existe território indígena, além dos membros das instituições estaduais, federais do ensino superior (IFES) e das entidades do terceiro setor. Naquela ocasião, se implantado, teria se configurado como uma das poucas experiências em vigor no país em termos de conselho de políticas públicas indígenas⁸.

No atual contexto, as chances são ainda menores diante da extinção da Gerência Indígena, dentro da Diretoria de Direitos Humanos, com a criação de uma nova unidade intitulada Gerência de Inclusão e Diversidade que, segundo a gestora da pasta, Sabrina Ribeiro Santana, integra diversas políticas públicas. Porém, se o leque de ações desta gerência da SECIJU foi ampliado para o conjunto de políticas públicas, consequentemente, foi reduzido no que diz respeito às questões indígenas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aos problemas gerados pela instabilidade política do estado, ou inoperância do executivo estadual, somam-se outros entraves sobre os quais devemos refletir. Por trás das dificuldades de articulação para efetivação do COMPIT, cuja principal função seria a de sistematizar o conjunto das políticas indigenistas, estão no pano de fundo as diferenças entre as formas de organização social da sociedade envolvente e as dos povos indígenas, 8 O estado da Bahia deflagrou esse processo com a criação do **Conselho Estadual dos Direitos dos Povos Indígenas do Estado da Bahia**, por meio da Lei 11.897 de 1603/2010. O COPIBA é formado por 29 integrantes, sendo 14 representantes dos indígenas e os demais, 15 membros, integrantes do respectivo governo estadual, incluso a presidência do Conselho, a cargo do secretário Carlos Martins M. de Santana, atual gestor da pasta a qual o COPIBA está vinculado; a Secretaria da Justiça, dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social. Enquanto o cargo de vice-presidente é ocupado por um líder indígena; nessa gestão; Jerry Matalawê. Já no **Mato Grosso**, o Conselho foi apresentado, como projeto de Lei na data 07/05/2015. Quanto ao seu regimento, o **Conselho Estadual de Povos Indígenas e Povos Tradicionais do Mato Grosso** foi criado na condição de órgão colegiado, consultivo e deliberativo. Na sua composição constam 24 membros (e seus respectivos suplentes); sendo 50% representantes do poder público e 50% representantes dos povos indígenas e dos povos tradicionais do Estado. Enquanto isso, no **Mato Grosso do Sul** tem-se um outro arranjo institucional, que não propriamente o de um conselho, com o funcionamento de uma **Sub-secretaria de Políticas Públicas para a População Indígena** como órgão interno da Secretaria de Estado de Cultura e Cidadania (SECC). Em situação semelhante encontramos no **Maranhão** que por meio do Decreto 31.794 criou a **Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas**, responsável pela elaboração e gestão do Plano Decenal de Políticas Públicas para os Povos Indígenas no período de 2018-2028. Já no estado de **Roraima**, o **Conselho Estadual dos Povos Indígenas- CEPI-** foi criado em 19/09/2016, composto por 40 integrantes, sendo apenas 8 de secretarias estaduais, 3 de IFES e 29 dos povos indígenas. Em seguida veio o **Rio de Janeiro** com a criação, no 17/05/2018, do **CEDIND-Conselho estadual dos Direitos Indígenas** mediante a seguinte composição paritária; 12 representantes governamentais, 12 de comunidades indígenas e presidência de indígena representante da AULA- Associação Universitária Latino Americana.

cujas formas de representação diferenciadas ficam evidentes, notadamente, quando discutimos diretrizes sob controle de um Estado comprometido com a agropecuária.

No cenário atual, as demandas dos povos indígenas do Tocantins e as ações a eles previstas continuam a ser alocadas dentro do modelo de organização institucional do governo do Estado, e encaminhadas via conselhos de cada área da gestão do executivo estadual, nas quais são planejadas as políticas públicas, voltadas para o conjunto da população.

Diante disto, questionamos como será o fluxo do encaminhamento das questões indígenas mediante a reforma administrativa que destituiu a gerência indígena, a qual estava vinculado o projeto do COMPIT? Continuará a seguir de forma separada, por cada uma das áreas temáticas das pastas estaduais ou, adiante, o projeto do Conselho de Políticas Públicas para os Povos Indígenas poderá ser retomado para vir a articulador e mediar a sistematização das políticas públicas indígenas?

O projeto do Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Tocantins parece não mais cogitado por algumas razões tanto de ordem administrativa, tendo uma reforma em curso, quanto de ordem política. Dada à falta de consenso quanto à quantidade de representações com vaga no COMPIT, e demais questões de ordem política, relativas ao projeto de governo e suas forças apoiadoras comprometidas com o agronegócio e os projetos de hidroelétricas, até então não passou de uma versão em minuta.

Tais constatações evidenciam algumas das consequências do embate da correlação de forças políticas no contexto socioeconômico do Estado, com impacto na tônica dominante da gestão pública, comprometida com projetos desenvolvimentistas, à revelia das questões indígenas, cujas comunidades não conseguem barrar os grandes projetos hidroelétricos de impactos ao meio ambiente, em seus territórios, e cujas áreas sociais têm no atendimento às suas demandas um significativo diapasão; que oscila do precário, como ocorre na saúde, até o mais efetivo, como é o caso da Educação, graças ao Conselho de educação Indígena, baseado nas diretrizes da alfabetização multicultural. Nesta área os povos indígenas conquistaram uma notória participação social e protagonismo nas políticas públicas.

No atual cenário político do país, o mais preocupante porém está no gravíssimo no retrocesso político, que compromete o exercício da cidadania, mediante a destituição dos mecanismos de participação social, a nível nacional. Assistimos a desarticulação da Comissão Nacional de Política Indígena e a desestruturação da FUNAI, instituição do Executivo Federal, em tese, responsável por uma atuação interministerial e interinstitucional, no que diz respeito ao acompanhamento das políticas públicas indigenistas, do planejamento à fiscalização das ações governamentais, nas diversas unidades federativas da nação onde existem territórios e populações indígenas.

REFERÊNCIAS

BONETI, Lindomar W. **Políticas Públicas por dentro**. Ijuí; Editora Unijuí, 2011.

CARNEIRO da CUNHA, Manuela. **Políticas culturais e povos indígenas**. Manuela Carneiro da Cunha e Cesarino, Pedro de Niemeyer (Orgs). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

COSTA, Vanda R. **Teoria Democrática e Conselhos de Política Social in Política Social e Democracia**. Maria Inês de Souza Bravo, Potyara Amazoneida Pereira Pereira (Orgs). São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro:UERJ, 2012.

DEMARCHI, A; MORAIS, O. “**Mais algumas idéias equivocadas sobre os índios ou que não deve mais ser dito sobre eles**” in *Povos Indígenas do Tocantins: desafios contemporâneos*. Reijane Pinheiro da Silva (org.) Palmas: Nagô Editora, 2015.

NILO, Adriana Tigre; COUTINHO, Iluska. **Pauta interétnica no contexto da TV pública: análise da temática indígena na TVE-TO-Brasil**. Trabalho apresentado no GT Radio e Televisão, no XII Congresso da Lusocom/III Congresso da Mediacom, Praia-Cabo Verde, Outubro, 2016.

_____. **A (in)visibilidade das vozes indígenas nas narrativas da TVE-TO: o papel da comunicação pública na (des)construção da cultura regional**. Trabalho apresentado no II Simpósio Internacional Comunicacion y Cultura: Problemas y Desafios de la Memoria e História Oral, Colima-México, Abril de 2017.

_____. **A Temática dos Direitos Indígenas diante dos princípios do Telejornalismo público: análise de narrativas da TVE-TO**. Trabalho apresentado no 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação-Intercom: Curitiba, Setembro de 2017.

_____. **A atuação de Conselhos sociais e governamentais e os seus efeitos no (des)cumprimento de direitos e deveres no respeito à etnodiversidade cultural: a pauta da temática indígena na TVE-TO**. Trabalho apresentado no I Congreso Internacional de AGACOM-Santiago de Compostela-Espanha, Novembro, 2017.

NILO, Adriana Tigre L; **(Des) caminhos da participação popular em TV pública: pautas e narrativas indígenas na TVE-TO** Trabalho apresentado no IV Congresso Latino-Americano de Ouvidorias das Audiências de Mídia, UnB, Brasília, Outubro, 2017.

_____. **Os Direitos Indígenas na agenda pública dos Direitos Humanos- uma pauta que perpassa nas narrativas da TVE-TO**. Trabalho apresentado no 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo da SBPJor, ECA/USP – São Paulo, Novembro, 2017

PEREIRA, Potyara A.P. **Estado, regulação social e controle democrático in Política Social e Democracia in**. Maria Inês de Souza Bravo, Potyara Amazoneida Pereira Pereira (Orgs). São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro:UERJ, 2012.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aldeia Tuxa 51

Amazônia 13, 17, 43, 44, 45, 75, 76, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 105, 130, 160, 175, 218, 250, 252, 259, 269

Ancestralidade 89, 90, 92, 97, 98, 100, 101, 104, 113, 151, 152, 156, 157, 158

Audiovisual 99, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 116

C

Comunidades Nativas 160, 162, 165, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184

Construção de Currículo 13

Criança Guarani 1

Curtas Metragens 107, 109

D

Descolonização 89

Disputa 229, 235, 243, 249, 274

E

Educação Escolar 1, 2, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 21, 22, 27, 30, 35, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 70, 75, 76, 121, 202, 203, 206, 207, 208, 210, 216, 224

Educação Intercultural 8, 14, 22, 24, 35, 63

Escolas Indígenas 7, 8, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 26, 29, 32, 34, 53, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 67, 68, 74, 76, 92, 202

Escravidão Indígena 248

Espiritualidade 94, 141, 146, 148, 156, 158

I

Indígenas Karipuna 258

L

Léxico Indígena 77, 80, 81, 83, 85

Língua Ameaçada 12, 202

M

Memórias 10, 65, 66, 88, 89, 91, 92, 95, 102, 110, 116, 119, 132, 135, 144

O

Oralidades 119

P

Políticas 15, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 34, 48, 54, 64, 65, 67, 68, 75, 89, 111, 123, 127, 129, 136, 145, 149, 163, 178, 191, 200, 202, 203, 204, 205, 208, 214, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 244, 249, 251, 253, 270, 277

Políticas de Fortalecimento 202

Práticas Inclusivas 23, 24, 29, 31, 33, 34

R

Resistências 90, 132, 144, 271



Culturas e História dos Povos Indígenas

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



Atena
Editora

Ano 2020



Culturas e História dos Povos Indígenas

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



Atena
Editora

Ano 2020